



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Proposta de Parceria Educacional Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo

Órgão: Ministério Público Federal

Sthéfane Gonçalves Paez -Divisão de Educação Presencial, DEP/CCAP/SGP/SG/PGR

Validade da Proposta: até 1º de março de 2024.

1. **IDENTIFICAÇÃO:** Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT).
 - a) **Coordenação:** Diretoria de Ensino
 - b) **Público-alvo:** servidores públicos (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), advogados, assessores, consultores jurídicos, auditores potenciais aplicadores da lei em geral, estudantes e demais pessoas interessadas na temática.
 - c) **Modalidade:** Aulas remotas transmitidas em tempo real, via Google Meet. Cada aula será gravada e fica disponível pelo prazo de 30 dias.
 - a) **Carga Horária:** 39 h/a.
 - b) **Dia:** de 05 de março a 18 de abril de 2024
 - c) **Horário:** das 19h20 às 22h30.
 - d) **Cronograma de aulas:**

Nº da aula	Data	Professor
01	05/03/2024 (terça-feira)	Paulo Afonso Cavichioli Carmona
02	07/03/2024 (quinta-feira)	
03	12/03/2024 (terça-feira)	
04	14/03/2024 (quinta-feira)	
05	19/03/2024 (terça-feira)	
06	20/03/2024 (quarta-feira)	Sandro Lúcio Dezan
07	21/03/2024 (quinta-feira)	
08	27/03/2024 (quarta-feira)	
09	10/04/2024 (quarta-feira)	
10	11/04/2024 (quinta-feira)	
11	16/04/2024 (terça-feira)	Karina Soares Rocha
12	17/04/2024 (quarta-feira)	
13	18/04/2024 (quinta-feira)	

2. **Conteúdo Programático:**
 - a) **Ato Administrativo**
 - Constitucionalização do Direito Administrativo: causas e consequências
 - A noção clássica de ato administrativo e sua relevância atual
 - Conceito e atributos do ato administrativo
 - Requisitos e sistema de nulidades do ato administrativo
 - Panorama da extinção do ato administrativo
 - b) **Estrutura e função do processo administrativo**
 - Processualização da atividade administrativa como garantia democrática
 - O processo administrativo na Constituição Federal
 - Leis gerais de processo administrativo



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Proposta de Parceria Educacional

Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo

- Princípios do Processo Administrativo
- Juridicidade administrativa e decisão processual
- Lei nº 9.784/99: aspectos gerais
- Espécies de Processo Administrativo

c) **Processo Administrativo Sancionador e Disciplinar**

- Direito Sancionador e suas espécies
- Poder Disciplinar e suas características
- Processo administrativo disciplinar na Lei Federal nº 8.112/90
- Processo administrativo disciplinar na LC DF 840/2011
- Debate sobre a jurisprudência dos tribunais superiores e casos sobre o processo administrativo disciplinar

d) **Processo Administrativo Sancionador e Disciplinar aplicável aos membros do MPU**

- Processo administrativo disciplinar na LC nº 75/93
- Perseguição disciplinar e as respectivas fases
- Sanções aplicáveis e prazo prescricional
- Atribuição e competência para o processo administrativo
- Peculiaridades da perda do cargo do Membro do MPU
- Normativos do CNMP a serem observados
- Jurisprudência aplicável

Corpo Docente:

Karina Soares Rocha: *Master en Derecho* Constitucional pela UNIVERSIDADE DE SEVILHA (2021). Atualmente é promotora de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Exerce a função de Membro Auxiliar na Corregedoria Nacional/CNMP. Exerce a função de Diretora de Ensino da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) e de Professora convidada do IDP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo Disciplinar e Infância e Juventude. Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7743211819435090>

Paulo Afonso Cavichioli Carmona: Pós-doutor pela *Università del Salento, Lecce*, Itália (2020); Doutor em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP (2012), Mestre em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP (2006), graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (1995). Professor Titular de Direito Administrativo e Urbanístico do Programa de Mestrado/Doutorado de Direito e Políticas Públicas e do Mestrado de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Público e Política Urbana - GPDDPU (UNICEUB). Professor de Direito Administrativo e Urbanístico dos cursos de Especialização da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Urbanístico, Administrativo, Constitucional, Previdência Complementar, Ambiental, Penal e Violência Urbana. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) desde abril de 2000, atualmente



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Proposta de Parceria Educacional

Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo

titular da 7ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), do qual foi Coordenador do Centro-Oeste (mandatos 2013-2017). Foi membro do Conselho Deliberativo do Funpresp-Jud (mandatos 2012-2017). Membro do IDASAN - Instituto de Direito Administrativo Sancionador. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal - IDADF. Membro correspondente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro - IDARJ. Fundador, idealizador e atual Diretor-Presidente do IDUB - Instituto de Direito Urbanístico de Brasília. Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0471763465230262>

Sandro Lúcio Dezan: Graduado em Geografia, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (1996); Graduado em Direito, pela Universidade Vila Velha - UVV (2000); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais, pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV (2007); Doutor em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2016); Doutor em Ciências Jurídicas Públicas, pela Escola de Direito da Universidade do Minho - UMinho, Braga, Portugal (2017); Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais, pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV (2018). Professor Titular de Direito Administrativo da Graduação em Direito e do Mestrado e do Doutorado no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito e Políticas Públicas (PPGD), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); Investigador Não Integrado do Centro de Investigação da Escola de Direito da Universidade do Minho (UMinho), no Centro de Justiça e Governança (JusGov), Grupo JusCrim - Justiça Penal e Criminologia, e no Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII), Braga, Portugal; Professor de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Direito Penal e de Direito Processual Penal, no Programa de Pós-graduação Lato Sensu, da Escola Superior da Polícia Federal do Brasil (Escola de Governo). Tem experiência na Área do Direito Público, com atuação em Introdução ao Estudo do Direito, Filosofia do Direito, Direito Constitucional (com ênfase em Hermenêutica Constitucional, Direitos Humanos e Direitos e Garantias Fundamentais), Direito Administrativo (com ênfase em Hermenêutica do Direito Administrativo, Serviços Públicos, Processo Administrativo e Concreção de Direitos Fundamentais), Direito Penal e Direito Processual Penal e, atualmente, dedica-se ao estudo da Teoria da Decisão Administrativa (Fenomenologia e Hermenêutica do Direito Administrativo), como Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica do Direito Administrativo e Políticas Públicas, vinculado à Área de Concentração Políticas Públicas, Estado e Desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/9461707454019533>

3. Bibliografia:

Básica

DEZAN, Sandro Lúcio; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. *Processo administrativo: Lei 9.784/99*. São Paulo: RT, 2020. (Coleção soluções de direito administrativo: Leis comentadas, volume 7).

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Complementar



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Proposta de Parceria Educacional

Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: 2021.

COSTA, José Armando da. Processo administrativo disciplinar: teoria e prática. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

DEZAN, Sandro Lúcio. Fundamentos do direito administrativo disciplinar. 5. ed., Curitiba, Juruá, 2021.

DEZAN, Sandro Lúcio; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; et al. Hermenêutica do direito e processo administrativo: fundamentos do processo administrativo contemporâneo. Curitiba: CRV, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo. São Paulo: RT, 1993.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006 (Coleção Temas de Direito Administrativo vol. 16).

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Infrações e sanções administrativas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

4. Metodologia:

As aulas serão expositivas com suporte na doutrina e jurisprudência dominante.

5. Material Didático:

Serão disponibilizados o material de aula.

6. Certificado e Frequência:

Os certificados serão expedidos pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aos alunos que obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária total do Curso.

7. Valores:

O investimento é de R\$ 293,50 (duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos), para cada servidor indicado, perfazendo o total de R\$ 4.402,50 (quatro mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

8. INSCRIÇÕES:

Eletrônica: www.escolamp.org.br;

Pessoalmente: Secretaria da FESMDPFT.

*A confirmação do Curso depende da quantidade mínima de alunos matriculados;

**Cancelamentos poderão ser solicitados através do e-mail escolamp@escolamp.org.br em, no máximo, 24 horas antes do início do Curso.



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Proposta de Parceria Educacional

Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

CNPJ: 26.989.137.0001-04 – Cadastrado no SICAF

Endereço: SCRS Qd. 502, Bloco A, Loja 55 – Brasília-DF – CEP: 70.330-510

Contatos: Telefone: (61) 3226-4643 / WhatsApp: (61) 9 8133-5306 / (61) 9 8337-2221

E-mail: coordenacao@escolamp.org.br

Site: www.escolamp.org.br

Brasília/DF, 09 de fevereiro de 2024

(ORIGINAL ASSINADO)

Profa. Dra. Arinda Fernandes
Diretora-Geral



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00045384/2024 PROPOSTA**

.....
Signatário(a): **STHEFANE GONCALVES PAEZ**

Data e Hora: **09/02/2024 18:54:06**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dbc74ddc.b06c7eda.5b82c5a5.dca7b2da